



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Saúde

Junta de Recursos

Parecer nº 16/SES/ASSJUR-JR/2021

PROCESSO Nº 1320.01.0061695/2019-20

JUNTA DE RECURSOS

JURSIM

ASSUNTO: Recurso

AUDITADO: Secretaria Municipal de Saúde

MUNICÍPIO: Taiobeiras

NMAA: Norte/Montes Claros

SRS: Montes Claros

PROCESSO SEI: 1320.01.0061695/2019-20

SIGED: 8146-1321-2018

ATIVIDADE SISAUD: 574

RECORRENTE: Secretaria Municipal de Saúde

RELATÓRIO

Trata-se de auditoria realizada pelo Núcleo Macrorregional de Auditoria Assistencial (NMAA) Norte, na Secretaria Municipal de Saúde de Taiobeiras, 15 a 19/07/2019, que originou os Ofícios SES/AUDSUS nº. 423/2020 e 424/2020, em virtude das seguintes constatações não conformes apontadas no Relatório Final de Auditoria, seguidas de penalidades e/ou medidas corretivas impostas nos termos da Resolução SES-MG nº 2906, de 24/08/2011:

Penalidade de Advertência Escrita em consequência das seguintes constatações não conformes:

1 (Constatação nº. 581644) Ausência de Componente Municipal de Auditoria. Tal fato está em desacordo com Deliberação CIBSUS/MG Nº 2.768/2018, Anexo I, inciso VIII, Lei nº 8.689/1993, Artigo 6º, § 2º e Decreto nº 1.651/1995, Artigo 1º.

2 (Constatação nº. 581649) O Serviço de Controle, Regulação e

Avaliação (SCRA) não utiliza protocolos de regulação de acesso. Tal fato está em desconformidade com a Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1.F e Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, artigo 4º, inciso V, artigo 8º, inciso IV e artigo 10 parágrafo 3º, inciso III.

3 (Constatação nº. 581658) O Serviço de Controle, Regulação e Avaliação (SRCA) não realiza avaliação de satisfação dos usuários. Tal fato está em desconformidade com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, artigo 4º, inciso IX.

4 (Constatação nº. 581666) O Serviço de Controle, Regulação e Avaliação (SCRA) não monitora, não fiscaliza e não avalia a execução dos procedimentos realizados nos estabelecimentos por meio das ações de controle e avaliação hospitalar e ambulatorial. Tal fato está em desconformidade com a Resolução CIT nº

04/2012, Anexo I, item 4.1.N, Deliberação CIB-SUS/MG Nº

2.768/2018, Anexo I, inciso VI, Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, artigo 4º, incisos VI e VIII e artigo 10, parágrafo 3º, inciso XI.

PARECER

O Recorrente apresentou recurso (fls. 186 a 222), em resposta ao Ofício de Aplicação de Penalidades e/ou Medidas Corretivas, objetivando justificar as constatações não conformes supracitadas, apontadas no Relatório Final de Auditoria. Conhecemos do recurso pela tempestividade e legitimidade do recorrente:

1 (Constatação nº. 581644) Ausência de Componente Municipal de Auditoria.

Assim se manifestou o Auditado:

“No período após envio da documentação, foram realizadas auditoria das metas realizadas referente ao contrato da fundação com o município e auditoria na unidade de saúde CEO.” **ANÁLISE:**

De acordo com o Relatório Final de Auditoria, em análise recursal em primeira instância, o Auditado sanou parte da irregularidade, demonstrando por meio de documentação probatória, que instituiu o Componente Municipal de Auditoria, com Decreto Municipal nº 2.243 de 08/01/2020, e nos termos do art. 4º, do referido Decreto, por meio da Portaria GAB-006/2020, de 17/01/2020, nomeou os membros da Comissão Municipal de Auditoria em Saúde.

No recurso apresentado em segunda instância, demonstrou por meio de documentação probatória, às fls. 188 a 195, a realização de Auditoria, demonstrando que o Componente Municipal de Auditoria estava atuando. **Irregularidade Corrigida.**

2 (Constatação nº. 581649) O Serviço de Controle, Regulação e Avaliação (SCRA) não utiliza protocolos de regulação de acesso.

Assim se manifestou o Auditado:

“Está sendo realizado o treinamento dos protocolos de regulação de acesso, porém durante a pandemia foram suspensos os treinamentos. A continuidade de registros dos protocolos está disponível no link abaixo e segue também lista de presença de alguns treinamentos:

<https://sites.google.com/view/portal-da-ateno-primaria-sade-d/protocolos-cl%C3%ADnicos-e-administrativos>

<https://sites.google.com/view/portal-da-ateno-primaria-sade-d/protocolos-cl%C3%ADnicos-e-administrativos>” **ANÁLISE:**

O Recorrente informou que realizava treinamentos sobre os protocolos de regulação de acesso, que foram suspensos devido à Pandemia. Encaminhou às fls. 196 a 201, lista de presença de alguns treinamentos que foram realizados.

Encaminhou ainda links, que segundo o Recorrente, dariam acesso aos registros dos protocolos. **Dessa forma, consideramos que a correção da irregularidade se encontrava em andamento à época da apresentação do recurso.**

3 (Constatação nº. 581658) O Serviço de Controle, Regulação e Avaliação (SRCA) não realiza avaliação de satisfação dos usuários.

Assim se manifestou o Auditado:

Referente a pesquisa de satisfação de clientes, segue pesquisa realizada e também as avaliações da caixa de sugestões da unidade de saúde.

Segue anexo cópia.

Estamos implantando também a ouvidoria de satisfação de clientes dentro do sistema online usado pelas unidades (Sistema Viver) para que o serviço seja contínuo.

ANÁLISE:

O Recorrente encaminhou às fls. 205 a 217, Pesquisa de Satisfação realizada com os usuários. Destacou que estava implantando o “Sistema Viver”. **Irregularidade Corrigida.**

4 (Constatação nº. 581666) O Serviço de Controle, Regulação e Avaliação (SCRA) não monitora, não fiscaliza e não avalia a execução dos procedimentos realizados nos estabelecimentos por meio das ações de controle e avaliação hospitalar e ambulatorial.

Assim se manifestou o Auditado:

“Está sendo realizado o monitoramento da Associação de Pais e Amigos Excepcionais de Taiobeiras APAE (segue relatório).

Informamos ainda que está sendo dada continuidade aos processos atendidos parcialmente.” **ANÁLISE:**

O Recorrente informou que estava realizando monitoramento da APAE. Encaminhou documentação que comprova a realização do acompanhamento da entidade, às fls. 218 a 222. **Dessa**

forma, tendo em vista que o Recorrente mencionou e comprovou as medidas adotadas, consideramos que a correção da irregularidade se encontrava em andamento à época da apresentação do recurso.

CONCLUSÃO

O processo de auditoria em análise tramitou nos moldes da Resolução SES-MG nº 2906/2011. A legislação citada pela equipe de auditoria fundamentou devidamente o apontamento das constatações não conformes, não havendo nenhuma irregularidade do ponto de vista jurídico.

Diante do exposto, considerando que os requisitos de admissibilidade foram atendidos, e foram apresentadas justificativas válidas, acompanhadas de documentação probatória apta a afastar as irregularidades ou demonstrar que a necessária correção estava em andamento, entendemos pelo conhecimento do recurso, dando-lhe provimento para cancelar as penalidades de Advertência Escrita, referentes aos itens **1 (Constatação nº. 581644), 2 (Constatação nº.**

581649), 3 (Constatação nº. 581658) e 4 (Constatação nº. 581666).

À superior apreciação

Belo Horizonte, 27 de abril de 2021.